

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE ABRIL DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/N

Curitiba, 08 de abril de 2002

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho requerer a V. Exa. espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente

na Sessão Plenária de amanhã, terça-feira, dia 09 de abril do corrente, por parte das professoras Terezinha Rossi, diretora do Cebeja, Paulo Freire e Sandra Mara Bordin Piccinelli, diretora do Colégio Estadual Anibal Khury Neto.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) DURVAL AMARAL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para tramitação do projeto de Lei nº 030/2002, oriunda da mensagem Governamental nº 002/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do projeto de Lei nº 091/2002 oriunda da Mensagem Governamental nº 009/2002, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do PR-TVE - imóvel que especifica (Mercês-Curitiba).

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 285/98 que cria a Região Metropolitana de Cascavel.

Com a solidificação de Cascavel como cidade pólo regional, e com o crescimento acelerado dos centros urbanos que compõem a referida região, se fazem neces-

sárias ações concretas para integrar os municípios e assegurar o crescimento regional organizado, de forma racional e com redução nas despesas administrativas.

A Constituição Federal e Estadual em seus artigos 25 e 21 respectivamente, nos dão a possibilidade de reunirmos municípios limítrofes em região metropolitana para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Sendo Cascavel cidade líder da região e com possibilidade de centralizarmos ações necessárias para melhorar a qualidade de vida da população abrangente, que soma aproximadamente quinhentos mil habitantes, entendemos importante retornarmos o Projeto de Lei nº 285/98 de autoria dos deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski, o qual recebeu parecer favorável da Comissão da Constituição e Justiça.

Assim sendo, solicitamos aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento e o apoio total ao referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor José Anísio Grassi, vereador da Câmara Municipal de Medianeira/PR, que ocorreu no último dia 7 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada através de sua esposa, senhora Roseli Grassi, por meio de correspondência a ser encaminhada, Rua São Paulo, 948, Bairro Nazaré- Medianeira-Paraná.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Manoel Pedro Mendes de Souza, aos 55 anos de idade, ocorrido no dia 28.02.2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Manoel Pedro Mendes de Souza- delegado Mendes, nasceu em 27.03.46, na localidade rural de São João-município da Lapa/PR, veio para Curitiba em 1967. Trabalhou em diversas empresas na capital, ingressou na Polícia Civil em 1972, como motorista passando a agente de segurança em 1983, e a detetive em 1986.

Foi casado com Alaíde Maria Pinto Fila e deixou 01 filho Manoel Pedro mendes de Souza Filho.

Cursou a Faculdade de Direito da PUC-PR, colando grau em janeiro de 1986, prestou concurso para Delegado de Polícia sendo nomeado como delegado 4ª Classe em 16.06.89, galgando todas as promoções, atingindo o máximo da carreira policial como delegado de 1ª classe.

Atuou como delegado na cidade de Guaratuba e nesta Capital, na Delegacia de Furtos e Roubos, no 8º e 11º Distritos e na Subdivisão de Transporte e Manutenção.

Delegado Mendes foi dedicado à sua profissão, um dos mais competentes profissionais, amigo leal, um exemplo de vida profissional onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Manoel Pedro Mendes de Souza, enviando votos de profundo pesar para a senhora Alaíde Maria Pinto Fila e filho, residente à Rua Curupis, nº 1068- Santa Quitéria- CEP 80.310.200- Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao senhor Jurandir Romeiro, pelo falecimento de seu sogro senhor José Garcia, ocorrido em Curitiba, no dia 07 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Maria Pasqualina, pelo falecimento de seu pai, senhor Abílio Cândido da Silva, ocorrido em Japurá, no dia 04 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do vereador Antonio Roberto Venturini, ocorrido no último dia 02 de abril, na cidade de Floresta/Paraná.

Antonio Roberto Venturini, vereador por três mandatos pertencia à família de pioneiros que chegou ao município em 1953.

Deixa esposa, filhos e a saudade nos amigos que sempre soube cultivar.

Requer, ainda, que a manifestação seja encaminhada à senhora Inês Feltrin Venturini, Av. Paraná s/nº - Floresta-PR, CEP 87120.000

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Rosa Miola Benato, ocorrido em 04 de abril do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pelo transcurso de seus 123 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de abril de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Hilário Andraschko, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Francisco Puton, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e à nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente o município de Palmas, pela passagem dos 123 anos de fundação, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Marco importante na história do Paraná, essa hospitaleira cidade vem se destacando graças ao esforço concentrado de seus administradores e colaboradores que

continuam com trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do município.

Portanto, é justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população palmense que, no próximo dia 14 de abril estará comemorando festivamente mais um aniversário de emancipação política do seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com todos na significativa data, pois Palmas é a terra que abriga um povo acolhedor, que sempre recebe de braços abertos e preserva a saudade de bons momentos.

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

O adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, o envio de votos de congratulações à Associação Nacional de Bombeiros Cívicos-ANBC em razão dos relevantes serviços prestados à comunidade de Londrina.

Requer, outrossim, seja expedido diploma de “honra ao mérito” para ser entregue à entidade, em data a ser definida.

A entidade está instalada na Avenida Duque de Caxias, 3010, Edifício Comercial Duque de Caxias, sala 301, 3º andar, na cidade de Londrina, CEP 86010-190.

A associação congrega cidadãos que atuam em apoio aos bombeiros militares, para a segurança dos moradores de Londrina e região e está trabalhando no treinamento de bombeiros civis, bombeiros mistos, bombeiros voluntários e bombeiros militares, de acordo com as necessidades dessas categorias.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, que funciona com estatuto registrado, desde julho de 2001 em Londrina, a primeira cidade paranaense a contar com esse serviço civil, que já está formando o terceiro grupamento.

No Estado de São Paulo desde longa data os bombeiros civis prestam serviços à comunidade.

Hoje a associação londrinense conta com 220 membros e em julho próximo formará mais uma turma de 38 bombeiros civis.

A atividade do bombeiro civil é o contato diário com a população, em creches, escolas, favelas, levando conhecimentos sobre a utilização de equipamentos de combate ao fogo, e preparando a população para enfrentar problemas relacionados aos acidentes com fogo.

O jornal Folha de Londrina do dia 04 de abril no caderno “cidade” trouxe matéria sob o título “falta de efetivo compromete segurança”, alegando que até o corpo de bombeiros está tendo problemas em razão da falta de pessoal.

Os bombeiros civis estão atuando junto à comunidade de Londrina, suprimindo a falta de pessoal observada na corporação militar. São treinados e estão aptos a desenvolver os mesmos trabalhos prestados pela corporação militar. São pessoas que possuem seus empregos e

mesmo assim encontram tempo para o trabalho comunitário.

Cabe lembrar que nos Estados Unidos todos os bombeiros são civis, assim como na maioria dos países do mundo.

Além do brilhante trabalho prestado à comunidade, com palestras, socorro em casos de incêndio ou acidentes, os bombeiros civis pretendem iniciar, em breve, trabalho com menores de rua, ofertando aos mesmos, fora dos horários escolares, atividades de educação física, integrando os menores à comunidade e criando nessas crianças a consciência da importância do trabalho comunitário, mostrando aos paranaenses uma nova opção de voluntariado.

Em razão do exposto, consideramos justo fazer esta homenagem aos bombeiros civis, congratulando-nos com esses cidadãos que dedicam parte de seu tempo ao trabalho voluntário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Arquivo Público do Paraná, pela comemoração de seus 147 anos.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Arquivo Público do Paraná, completou em 07 de abril de 2002 seus 147 anos de fundação. Fundado em 1855 com a finalidade de preservar a natureza essencial dos documentos e reunir a memória impressa e manuscrita da história e geografia do Paraná, o Arquivo Público é uma das mais antigas unidades administrativas do Estado e é imprescindível para a preservação de documentos o que é a base da construção da história do Paraná.

O Arquivo Público possui um acervo de 5,5 mil metros lineares de documentos impressos e manuscritos. Dentro desse acervo é possível encontrar documentação do século XVIII, XIX E XX e inclusive um inventário de Baltazar Carrasco dos Reis, um dos primeiros povoadores de Curitiba, que data de 1697, que é o documento mais antigo do acervo.

Além de reunir a documentação referente à memória histórica, o Arquivo Público faz ainda a gestão, guarda e conservação de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo no exercício de suas funções, a fim de possibilitar o acesso rápido e seguro às informações e interesse da administração pública e do cidadão, bem como implementar e acompanhar a política local e estadual de arquivos.

Em 1989, um incêndio destruiu a sede do Arquivo Público que havia sido construída poucos anos antes especialmente para receber e guardar a documentação do

Estado do Paraná. Com o prédio totalmente destruído, o Deap voltou a ocupar o edifício que já o abrigara entre 1950 e 1978, o antigo barracão da Tecpar, que hoje dá lugar ao novo Arquivo Público. Sua nova sede foi novamente construída, está pronta - no bairro Juvevê (próximo ao prédio antigo, destruído pelo incêndio). O novo prédio totalmente climatizado, possui 5.523 metros quadrados de área construída.

Pela comemoração de seus 147 anos, receba o Arquivo Público do Paraná, através de sua diretora Regina Rottember Gouvêa (Rua dos Funcionários, 1796 - C/ta/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações, à Polícia Florestal do Paraná, pela comemoração de seus 45 anos.

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de abril de 2002, a Polícia Florestal do Paraná comemorou seus 45 anos de existência. Foi fundada em 1957, com o nome de Corpo de Polícia Florestal através da Lei Estadual nº 3056 e regulamentada pelo Decreto nº 5651. Criada para proteger os recursos naturais do nosso Estado, com a atribuição de Guarda-Parque, instalou-se em 1962 sob o comando do 2º tenente Nelson Gracher em Ponta Grossa, com um efetivo de 17 homens que tinha a missão de proteger os parques estaduais de Vila Velha e Campinhos. Mais tarde, foram também para o Parque Estadual do Monge na Lapa e em 1970 estavam presentes na proteção do Parque Nacional do Iguaçu.

Neste mesmo ano, o major Ângelo Bonilauri preocupou-se com a preservação do maior remanescente florestal do Estado - a Mata Atlântica, desencadeando então a Operação Serra do Mar, cujo resultado vemos hoje, pois o Paraná possui a melhor mata atlântica preservada do país. A partir desta ação houve uma evolução muito grande dentro do batalhão de Polícia Florestal, que expandiu sua atuação pelo interior do Estado e buscou parcerias sempre crescendo e melhorando sua atuação.

Agora, ao completar 45 anos de sua fundação o Batalhão de Polícia Florestal é um verdadeiro exemplo de organização, profissionalismo e dedicação à sua sagrada missão de proteger a natureza e a vida. Pela comemoração de seus gloriosos 45 anos, receba o Batalhão de Polícia Florestal (Av. Cândido Hartmann, 2500 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas profissionais do Paraná, alusivos ao dia do Jornalista, comemorado em 07 de abril.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente do referido sindicato, Mário Messagi Jr, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Loureiro, 211 - Curitiba-Paraná - CEP 80010.140.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Godoy Moreira alusivo aos seus 13 anos de Fundação, comemorados em 05 de abril do corrente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor José Antônio Cezário, e ao presidente da Câmara Municipal, senhor Adonísio de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Campo Mourão, 184, Godoy Moreira- Paraná- CEP 86938-000

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações, ao município de Palmeira, na pessoa do senhor prefeito municipal, Mussolini Mansani, extensivos aos seus secretários, vereadores, funcionários e ao povo em geral, pela passagem dos 183 anos de sua fundação, ocorrido em 07/04/2002.

Requer ainda, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto s/n - Centro - Palmeira - CEP.: 84.130-000.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O município de Palmeira, comemorou no dia 07 de abril, 183 anos de sua emancipação política com diversos eventos, todos relacionados à revitalização dos costumes e da cultura da cidade, promovidos pela prefeitura municipal, pela Câmara de Vereadores, secretários e ajuda da população em geral. Boa parte das atividades está voltada para a história da cidade, como a "Gincana Cultural de Resgate Histórico".

A cidade de Palmeira, fundada em 07 de abril de 1819, cultiva a mais viva chama tradicional dos costumes antigos, onde viveram personalidades famosas, não só do nosso Estado, mais de diversas culturas oriundas também de outros Estados mantidas bem vivas na memória da

população dos dias de hoje, buscando assim resgatar e abordar as origens, o folclore e a economia local.

REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações à doutora Conchita Toniollo pela escolha e posse no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A desembargadora Conchita Toniollo, curitibana, formada pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma de 1964, já exerceu as funções e cargo de Promotora de Justiça, tendo atuado em Joaquim Távora. Nomeada, por concurso público, ingressou na Magistratura como juíza substituta, tendo atuado em Sengés, Wenceslau Braz, Rio Negro, Francisco Beltrão, Campo Largo e Curitiba. Desde 1993 se encontrava no Tribunal de Alçada.

O exercício das funções na corte estadual mais elevada certamente será cumprido com o mesmo espírito de amor ao direito e à justiça e constante preocupação na construção de um mundo sereno, solidário e justo, marcas que sempre estiveram presentes nas atividades da desembargadora Conchita Toniollo.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Carlos Sobânia, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Guraqueçaba.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação das mais justas em favor da área de saúde da cidade de Guraqueçaba, que não dispõe de veículo para o transporte de pacientes nos limites dos municípios em casos de emergência, bem como para a locomoção de enfermos até hospitais desta capital ou localizados em cidades circunvizinhas, dotados de equipamentos médicos modernos e com atendimento em áreas médicas especializadas, razão que solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de proposição ao senhor governador Jaime Lerner como sugestão e apelo que, dentro das medidas e providências de combate à vio-

lência e à criminalidade, a prioridade primeira seja a revisão salarial dos policiais civis e militares, através do encaminhamento a esta Casa, do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Polícia Civil, bem como do Plano de Salários da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o País vive momento de pânico e medo diante do avanço da criminalidade e do aumento da violência, levando as autoridades de todos os níveis a discutirem e buscarem soluções para tão grande problema;

Considerando que, nas pesquisas recentemente realizadas e mostradas pela imprensa nacional, o Estado do Paraná está entre os dez Estados com maior índice de violência;

Considerando que, de há muito, o governo vem esquecendo o valor do profissional da segurança, deixando de observar que nenhuma função pública ou privada reúne tantos fatores estressantes e de risco como o trabalho policial e que, para que possa exigir eficiência na ação conjunta dos policiais, faz-se necessário pagar salários decentes, proporcionar condições de trabalho e investir na capacitação;

Considerando que, há mais de sete anos o governo não concede reajuste salarial aos policiais civis, colocando-os em estado de miserabilidade (salário-base de investigador de Polícia de 5ª Classe: R\$221,79) e que não oferece aos mesmos condições de trabalho e capacitação;

Considerando que, aos policiais militares, há mais de 5 (cinco) anos não se concede reajuste salarial;

Considerando que, para exigir, primeiro o governo precisa pagar bem aos policiais e capacitá-los para que tenham condições de usar os equipamentos que o Governo Federal vem proporcionando ao Estado adquirir;

Considerando que o abono de R\$100,00 (cem reais) recentemente concedido aos policiais civis, além de não integrar os salários-base, não foi extensivo aos aposentados e em nada contribui para compensar a falta de reajuste salarial de muitos anos;

Considerando que no Orçamento do Governo do Estado aprovado por esta Casa de Leis há previsão orçamentária para cobrir os encargos dos planos, REQUER o encaminhamento da presente proposição, apelando e sugerindo ao senhor governador do Estado que, dentro das medidas e providências de combate à violência e à criminalidade, a prioridade seja a revisão salarial dos policiais civis e militares, através do encaminhamento a esta Casa do prometido Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Polícia Civil, como do Plano de Salários da Polícia Militar - também compromisso assumido pelo Governo - de forma a proporcionar a esses trabalhadores salários decentes e compatíveis com a atividade que

exercem, tornando-os aptos para a guerra contra o crime e merecedores da confiança e do respeito da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 718

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando viaturas para Polícia Militar, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, solicitando a concessão indistintamente a todos os policiais militares, de gratificação no valor de R\$100,00 mensais, ou conceda reposição das perdas da inflação equivalente.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Em 07/02/2002 o governo, com base em suas atribuições decretou sob nº 5339 a seguinte resolução: concedeu uma gratificação no valor de R\$100,00, para o quadro geral da Polícia Civil, exceto delegados e 130% de acréscimo sobre o vencimento básico para investigadores de polícia que atuem na carceragem das delegacias de polícia e cadeias públicas. Esta gratificação trouxe uma revolta muito grande para a corporação.

Não entendemos, porque se resolve parte dos problemas da Polícia Civil, e para Polícia Militar criam-se problemas, como a gratificação oferecida à Polícia Militar, foi de R\$100,00 para aqueles que fazem escalas extras, 130% para os policiais que trabalham no interior da PCE e 60% para os policiais que trabalham externamente, a lei beneficiou alguns segmentos da polícia, mais do que outros.

Por este motivo pedimos ao governo que não deixe a situação desta maneira e iguale esses valores. A reposição da inflação ajudaria da mesma forma, sendo permitido durante o período de campanha eleitoral.

É de considerar que mesmo a gratificação de R\$100,00 pela sua intermitência e condições para receber, na realidade transformam-se em R\$33,00 mensais. Sendo necessário esperá-lo a cada dois meses e fazer hora e atividades extras.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, que será conferido anualmente a empresa estabelecidas no Estado do Paraná, que apresentarem balanço social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Para fins do exposto no *caput*, as empresas deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o balanço social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência.

Art. 2º - Para o entendimento desta lei considera-se balanço social o relatório pelo qual as empresas apresentam resultados de atuação social positiva durante o exercício, devendo constar, entre outros itens: qualidade de suas relações com empregados; cumprimento das cláusulas trabalhistas e sociais; participação dos trabalhadores nos resultados econômicos; possibilidades de desenvolvimento pessoal; formas de interação da empresa com entidades sociais da comunidade; iniciativa voltada a preservação do meio ambiente; investimento em curso de motivação pessoal e capacitação profissional de seus funcionários.

§ 1º - O balanço social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do balanço social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem balanço social, nos termos desta lei, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE.

Parágrafo Único - O Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, podendo ser entregue a várias empresas em uma única Sessão.

Art. 4º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituirá comissão mista, contando com a participação de entidades sociais e empresariais de âmbito estadual, para planejar e organizar o evento anual com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente lei serão custeadas pelos recursos orçamentários próprios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

O deputado Edgar Bueno, atual prefeito municipal de Cascavel, apresentou a presente proposição com o intuito de valorizar as empresas paranaenses que cumprem certa função social para com seus trabalhadores e com a própria comunidade. Não foi possível concluir a tramitação da proposição, tendo em vista que a mesma foi apresentada como projeto de lei e o nosso regimento determina que os assuntos internos do Poder Legislativo são regulados por projetos de resolução.

Trata-se de experiência vitoriosa em outros Estados, que tem principalmente o objetivo de propagar as boas ações desenvolvidas por determinadas empresas para que outros sigam o mesmo caminho e o conjunto melhore cada vez mais.

Por todo o Paraná, inúmeras empresas desenvolvem as obrigações e iniciativas que disponibilizamos no artigo 2º, do projeto de lei em análise, porém isto nem sempre é reconhecido e divulgado para que outras empresas possam se espelhar nos bons exemplos e passarem também a realizar boas ações. Neste sentido, pretendemos que a nossa iniciativa se transforme em mais um instrumento de valorização dessas empresas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 184/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatória a inclusão na cesta básica, adquirida pelo governo do Estado do Paraná, o café moído de 500 gramas.

Parágrafo Único - O café, adquirido pelo governo do Estado, para a cesta básica, deverá vir da cultura cafeeira paranaense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo proteger e valorizar os cafeicultores paranaenses, bem como favorecer as pessoas dependentes de cestas básicas. O café, como item básico e necessário à mesa dos trabalhadores, deve ser acrescentado nas cestas básicas adquiridas pelo governo do Estado do Paraná, pois, o preço muitas vezes é inacessível a essas pessoas.

Este projeto visa, também, o desenvolvimento da cultura cafeeira, pois o governo estará estimulando o cultivo do café. O café é uma das fontes de riqueza do

Paraná, e nós como paranaenses preocupados com o desenvolvimento do Estado devemos explorá-la da melhor forma possível. Não devemos esquecer da excelente fonte de energia que ele proporciona para os nossos trabalhadores.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 185/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Missionária Cristã - AMC, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Missionária Cristã - AMC, é uma sociedade civil de direito público, fundada em 5 de outubro de 1999, com tempo e duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Curitiba, na Avenida Florianópolis, 1350, bairro Cajuru.

A entidade não tem fins lucrativos, seus membros não são remunerados e tem por objetivo: a assistência social a menores carentes, centro de recuperação para viciados em drogas, casa de amparo à gestante - mãe solteira, radiodifusão em caráter comunitário.

Encontra-se registrada no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos de Documentos, sob o nº 828.550, do Livro A de Registro sob nº 17.109, de 26.10.99. A documentação que institui este projeto encontra-se dentro das normas da Lei nº 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o apoio e aprovação a esta proposta de lei, que tem por finalidade reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa entidade.

PROJETO DE LEI Nº 186/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santa Fé, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade esportiva e recreativa Santa Fé é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 07.09.90, teve sua personalidade jurídica registrada em 12.04.91.

Tendo por finalidade promover a união, a amizade e principalmente desenvolver o espírito comunitário de seus associados em busca de melhores condições de vida e justiça social.

Considerando o excelente trabalho que sua diretoria vem desenvolvendo em prol da comunidade e que vem cumprindo as reais finalidades para as quais foi criada, e ainda, que a documentação anexada à proposição comprova o atendimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, que regulamenta a matéria, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, recebendo o apoio e aprovação dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI Nº 187/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, foi fundada em 16.06.99, com a finalidade de promover a união, a amizade e desenvolver o espírito comunitário entre seus associados.

Entidade civil, com personalidade jurídica registrada em 14.09.99, sem fins lucrativos, vem desenvolvendo um excelente trabalho em benefício da sua comunidade, sempre objetivando a construção de uma sociedade melhor e mais humana.

Pela documentação que anexamos à proposição comprovamos que a entidade preenche os requisitos pela lei que regulamenta a matéria, sendo de justiça o seu reconhecimento de utilidade pública pelos deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 188/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de frituras e salgadinhos industrializados nas dependências dos estabelecimentos de ensino da rede pública do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os salgadinhos referidos neste artigo compreendem os comestíveis miúdos que contém conservantes e apresentam-se no mercado de consumo em embalagens fechadas a vácuo.

Art. 2º - O estabelecimento comercial que atuar no interior das escolas estaduais, vendendo os alimentos proibidos nesta lei, sofrerá a imposição de multa diária no valor de 10 (dez) UFIRs. A reincidência será punida com a perda da licença de funcionamento da cantina.

Art. 3º - O cumprimento desta lei será fiscalizada pela Secretaria de Estado da Saúde, através da Vigilância Sanitária.

Art. 4º - O chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A obesidade entre crianças em idade escolar vem aumentando de forma alarmante.

A preocupação com a saúde das crianças já extrapolou os limites dos lares dos menores, chegando às salas de aula. Os professores consideram o rendimento escolar das crianças e adolescentes, procurando inclusive discutir nutrição como conteúdo curricular, nas aulas de ciências ou biologia.

Pouco adianta aos pais dar aos respectivos filhos uma boa alimentação, rica em vitaminas, proteínas, com predominância de legumes, verduras e frutas, porque estes, nas cantinas das escolas acabam adquirindo alimentos gordurosos como frituras e os artificiais salgadinhos.

O trabalho de educação alimentar feito por pais e professores fica praticamente perdido com o acesso fácil desses alimentos nas escolas.

Os Estados Unidos são exemplo da disseminação de alimentação gordurosa e artificial. Hoje colhem as consequências do péssimo hábito alimentar. Aquele país possui 80% da população acima do peso ideal e muitos caminham para a obesidade mórbida.

Antes que nós constataremos essa triste realidade no Paraná, entendemos justa a medida de viabilizar melhor alimentação aos alunos da rede pública estadual, buscando que as cantinas consultem nutricionistas para melhorar a oferta dos produtos.

É preciso destacar a boa qualidade da merenda escolar oferecida pelo Poder Público Estadual e que esses alimentos muitas vezes são rejeitados em razão de venda dos alimentos proibidos neste projeto de lei. Além da melhora da qualidade nutritiva dos alimentos, esta proposição ainda procura evitar as disparidades entre aqueles que podem comprar as frituras e salgados e aqueles que só podem receber a merenda escolar oferecida gratuitamente nas escolas.

A saúde é direito do cidadão e o trabalho preventivo do Estado é essencial nessa conquista.

PROJETO DE LEI Nº 189/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado “Professor Carlos Augusto Mungo Genez” o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Esta justa homenagem ao professor Carlos Augusto Mungo Genez teve origem no Núcleo Regional de Educação de Londrina, imortalizando o brilhante mestre que prematuramente deixou lacuna no ensino londrinense.

O homenageado atuou na direção do Colégio Estadual Professora Maria do Rosário Castaldi até o dia 30 de novembro de 2001, data do seu falecimento.

Carlos Augusto Mungo Genez nasceu em Londrina, em 10 de fevereiro de 1958. Filho de Aurélio Genez e Olga Mungo Genez.

Cursou de 1ª a 4ª série na Escola Rural Água São Domingos, sendo sua primeira professora a senhora Catarina Cotelaque. Cursou o primeiro grau na Escola Estadual Moraes de Barros no ano de 1974 e o segundo grau no Colégio Estadual Vicente Rijo, no ano de 1977 - Técnico em Laboratório Médico.

No ano de 1983 formou-se bacharel em Ciência Biológica na Universidade Estadual de Londrina. Em 1984 concluiu o curso licenciatura em Ciência de 1º grau em Presidente Prudente, na Faculdade de Ciências, Letras e Educação.

Em 1985 habilitou-se em Biologia, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio.

Em 1997 especializou-se em Metodologia de Ensino de 1º e 2º graus, no Cesulon.

Casou-se em 1985 na Igreja Nossa Senhora de Lourdes com Jandira Lopes Genez, professora da rede estadual e municipal. O casal teve dois filhos: Thiago Augusto Lopes Genez (1987) e Lucas Augusto Lopes Genez (1989).

Em 1983 trabalhou como laboratorista do Hospital Universitário.

Foi professor no Ginásio Estadual Antonio Palhares (1981-1982); Colégio Estadual Professor Vicente Rijo (1981-1983-1984); Instituto Estadual de Educação de Londrina (1983-1987); Colégio Estadual Marcelino Champagnat (1984-1985); Colégio Estadual Albino Feijó Sanches (1984); Colégio Marista (1985 a 1987); Colégio Estadual Professor José Aluísio de Aragão (1986); Prefeitura do Município de Londrina (01.03.1985 a 2001);

Serviço Social do Comércio (SESC) - 1985; UNOPAR - 1989; Colégio Estadual Professora Maria do Rosário Castaldi - de 04.12.1989 - 1º padrão; Colégio Estadual Professora Maria do Rosário Castaldi - 1992 - 2º padrão.

Foi aprovado em dois concursos públicos; Serviço Social do Comércio - SESC - julho de 1985; e Secretaria Estadual de Educação (SEED) - fevereiro de 1987.

No Colégio Castaldi teve ampla atuação: em 1989 foi professor de Biologia; em 1992 foi professor de Ciências Físicas e Biológicas; de 1993 a 1995 foi designado diretor auxiliar; assumiu seu primeiro mandato como diretor geral em 1995; foi eleito em 1998; reeleito em 2001, tomara posse em 2002, vindo a falecer no dia 30 de novembro de 2001.

O professor Carlos Augusto participou de vários movimentos estudantis na Universidade Estadual de Londrina, durante sua vida acadêmica. Foi presidente da APM do PRESIPE. Foi o primeiro presidente do Conselho Municipal de Educação, tesoureiro da Associação Paranaense das Escolas Públicas (APP). Participava efetivamente das reuniões comunitárias da região Oeste de Londrina, em prol da Educação no estabelecimento de ensino, visando a implantação de cursos profissionalizantes e a melhoria da qualidade do ensino público.

O professores londrinenses firmam abaixo-assinado, cuja cópia segue anexa, gerenciando no sentido da homenagem àquele colega reconhecido pela brilhante carreira de professor na rede estadual de ensino, como ser humano e como amigo de todos os dias.

PROJETO DE LEI Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Alfeu Teodoro de Oliveira o trecho da BR-272 entre os municípios de Campo Mourão e Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O senhor Alfeu Teodoro de Oliveira foi um dos pioneiros da região que abrange os municípios de Campo Mourão, Goioerê, Janiópolis, entre outros, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento da mesma.

Foi prefeito de Janiópolis nas gestões de 1966/1970 e 1973/1976, tendo exercido o seu último mandato no período de 01.01.93 até 29.05.93 ocasião em que infelizmente perdeu a sua vida juntamente com sua esposa, em um trágico acidente no trecho da BR-272 entre Campo Mourão e Goioerê, anteriormente citado neste projeto de lei.

Em função dos motivos expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Lei o apoio a referida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 190/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim dos Bancários, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim dos Bancários foi fundada em 28 de maio de 1999, com sede na Rua Rangel Pestana, 95, no município de Londrina.

A entidade tem na sua área de abrangência os Jardins San Remo, Santo Antonio, Dom Bosco e Champagnat, além do Parque Alvorada. A Associação vem organizando os moradores dessa área, desenvolvendo ações para mudar situações que ferem os seus interesses, preservando avanços e conquistas alcançados pela comunidade.

Em razão do trabalho benéfico e eficientemente realizado a entidade merece o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 191/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para todos os efeitos, o município de Assaí passa a integrar a região administrativa do município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o município de Assaí integra a região administrativa de Cornélio Procopio. Entretanto, essa situação merece revisão sobretudo em se relevando que Assaí está geograficamente, mais próxima de Londrina.

De Londrina a Assaí são 36,70 km, enquanto de Cornélio Procopio a Assaí são 50 km, dificultando o acesso dos cidadãos a diversos serviços administrativos do Estado do Paraná.

As divisões administrativas servem para melhor prestar os serviços estatais e quanto maior a distância,

menor a possibilidade de respostas rápidas aos problemas surgidos nos diversos núcleos estaduais.

Em face do exposto, espera-se que esta transferência de regional administrativa leve maior agilidade de serviços públicos aos munícipes de Assaí.

PROJETO DE LEI Nº 192/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Voluntários Semeadores, com sede e foro no município de Lapa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Voluntários Semeadores, com sede no município de Lapa, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à comunidade da Lapa e de toda a região, inspirada na necessidade de promoção e valorização da pessoa humana.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados:

Venho à tribuna na tarde de hoje para manifestar a minha alegria, o meu contentamento de poder ter participado, na sexta-feira, de dois eventos que eu reputo de grande importância para o setor produtivo do Estado do Paraná.

O primeiro deles, por volta das 10h00, da manhã na cidade de Londrina, no Parque de Exposições Governador Ney Braga. Participamos ao lado de outros parlamentares estaduais, deputados federais, secretários do Estado, o governador, e o ministro da Agricultura, o prefeito de Londrina, da abertura da 42ª Exposição-Feira Agropecuária Industrial de Londrina, promovida pela Sociedade Rural do Paraná, sob a presidência do Francisco Galli e seus companheiros.

Um evento que, sem sombra de dúvida, se caracteriza como um dos mais importantes, se não o mais importante do setor produtivo rural deste País, porque, sem sombra de dúvida, se Rio Grande do Sul, através do expointer, em esteio, mostra o que de melhor temos em termos de pecuária com origem européia, se em Uberaba temos a mostra de melhor qualidade no que diz respeito as raças zebuínas, indiana, em Londrina temos tudo isso reunido em um só local, e não é apenas uma Exposição-

Feira Agropecuária, mas uma Exposição-Feira Industrial com diversidades de informações e demonstrações.

Tivemos também, e por isso reputo de importância a nossa presença naquele evento, lá estava o deputado Moysés Leônidas, lá estava o deputado Durval Amaral. O deputado José Maria Ferreira também se fazia presente naquela abertura, a oportunidade que tivemos de dialogar com o ministro da Agricultura - Pratini de Moraes, acerca do trabalho que estamos fazendo na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, principalmente no que diz respeito ao leite.

E, aqueles que tiveram a oportunidade de ver e ler o artigo do Osvaldo Petrin, no Caderno de Economia do jornal Folha de Londrina, do último sábado, puderam ali se inteirar do posicionamento que tem o ministro da Agricultura com referência à questão do leite no Brasil, afirmando ele ser uma ação predatória e desastrosa a concentração que hoje existe na compra de leite por algumas poucas grandes empresas deste País, e disse que isso tem que mudar. E agendou conosco inclusive que para que no próximo dia 16, quando estivermos em Brasília com a CPI dos Alimentos, debatendo na Câmara Federal com outras CPI's do Brasil o problema do leite, com S. Exas. os deputados federais, que possamos conversar com o ministro, porque disse ele, está em andamento, está sendo encaminhado, e nós vamos fazer acontecer mudanças na questão do leite neste País, para que possamos importar menos ou quase nada, para que possamos exportar bastante, para que possamos ter financiamento para a melhoria da produção leiteira deste país, para que possamos implantar a Portaria 56, deputada Luciana Rafagnin, e de forma paulatina, de forma escalonada, para que possamos ter o financiamento para a estocagem do leite em pó, queijos produzidos no período da safra, quando normalmente o preço do leite *in natura* abaixa para os produtores. Foi importante esta nossa ida a Londrina e a conversa que tivemos com o Ministro.

Na sequência, fomos a Marialva numa reunião promovida por diversas entidades e com a presença novamente do ministro Pratini de Moraes, quando se desenvolvia ali um projeto denominado hortiquidade, hortigranjeiros com qualidade e naquela momento fazia-se o anúncio de normas técnicas para a comercialização de produtos ligados ao hortifrutigranjeiro, em especial a uva que tão bem é produzida, tão bem é trabalhada naquela município do norte do Estado do Paraná que é a cidade de Marialva.

Então, dois eventos da maior importância que tivemos oportunidade de lá estar junto com outros companheiros, em Marialva, junto com Milton Pupio, Divanir Braz Palma, Ricardo Maia, levando a presença e o nome da Assembléia Legislativa, do Bloco Agropecuário, as reivindicações que não são apenas do deputado Pessuti, enquanto presidente do Bloco Agropecuário, enquanto presidente da uma CPI dos Alimentos, mas de todos aqueles que compõem essa nossa Comissão Parlamentar de Inquérito que veio realmente para dar consequência às

reivindicações do setor produtivo, às reivindicações dos consumidores que se sentem a cada dia prejudicados, tanto o consumidor quanto o produtor nesse processo todo que é a cadeia produtiva dos alimentos.

Quero, portanto, fazer este registro.

E, ao final, dizer aos companheiros que aqui estão, a Assembléia Legislativa está recebendo no dia de hoje uma delegação de servidores do Departamento de Economia Rural, o Derau, da Secretaria de Estado da Agricultura. Ajustamos com o presidente Hermas Brandão na semana passada para termos uma reunião logo após esta Sessão Plenária, quando vamos ouvir as reivindicações desses nossos colegas de trabalho de tão imperiosa e de tão valiosa contribuição a sua tarefa a nível da Secretaria da Agricultura e que reivindicam ser a eles atribuídas a gratificação especial, que foi já concedida aos companheiros de trabalho do departamento de fiscalização da Secretaria de Agricultura, que seja também a eles atribuída essa gratificação, porque não tem realmente sentido, dois grupos de trabalho tão importante, serem seccionados, serem divididos, serem caracterizados de forma diferente, criando uma série de desconforto e divergência dentro da própria estrutura. E a reivindicação deles, só para que os senhores deputados atentem, se somar todos aqueles que vão receber essa gratificação, o montante ao final do mês é de 130 mil reais, um milhão e quinhentos mil reais por ano para que nós possamos ter harmonizada toda a Secretaria da Agricultura que é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes e eficientes.

Portanto, como os companheiros do Bloco Agropecuário já foram informados, receberam em seu gabinete o nosso convite e do presidente Hermas Brandão para esta conversa, mas estendo o convite aos outros parlamentares que não do Bloco Agropecuário, mas que também se interessam pelas coisas da agricultura e que certamente serão sensíveis às reivindicações dos nossos companheiros do departamento de economia rural. Era isso.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Algaci Tulio, com a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados,

Dar conhecimento a esta Casa que hoje pela manhã a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, mais a Comissão de Obras, presidida pelo deputado Edson Strapasson, a de Ecologia, pelo deputado Neivo Beraldin, com a presença do deputado Geraldo Cartário e este parlamentar, nós debatemos, abrimos um debate relacionado à questão do futuro aterro sanitário a ser implantado num dos municípios da região metropolitana de Curitiba. Foi uma reunião bastante proveitosa. Contou com a presença do Dr. Mário Sérgio Razera, presidente do IAP, a presença do Gil Polidoro, representando a

Comec, a Dra. Flávia Regina Lemos, Promotora Pública da Área do Meio Ambiente, o prefeito da cidade de Mandirituba, Luiz Carlos Chimim Claudino, além de outros participantes da comunidade também, quando nós procuramos saber dessas autoridades, a realidade em relação ao projeto da implantação do aterro sanitário em Mandirituba.

Isto porque, há questão de 15 dias atrás, este parlamentar, mais o deputado Neivo Beraldin, mais o vereador Jorge Bernardi, de Curitiba e algumas entidades não-governamentais, compareceram no local, que, ao que tudo indica, vai acolher o futuro aterro sanitário de Curitiba e da região metropolitana.

E naquela ocasião, a reação da população era e é ainda o fato de que uma área de mais de 100 mil alqueires, onde nós temos lá mais de 1000 pinheiros, uma área de uma visibilidade extraordinária poderá vir a ser utilizada para este aterro sanitário, muito embora nós entendemos que hoje existem boas técnicas que tratam da questão dos aterros sanitários; não são mais apenas os chamados “lixões a céu aberto”, sempre há uma preocupação em relação a se colocar o lixo orgânico nessas áreas.

Daí porque sempre se suscita dúvidas, questionamentos, se deve ou não deve colocar o lixo no aterro sanitário.

Agora mesmo a cidade de Apucarana, por exemplo, é contra a instalação de uma penitenciária industrial na sua cidade, imaginem, e ela é industrial, imagina se fosse a outra penitenciária comum, para se fazer um depósito de presos.

Ninguém também quer na sua cidade o aterro sanitário, mas todos produzem lixo! Então fica, na verdade, uma situação bastante complicada nesse sentido, daí porque a nossa Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, numa reunião mista com a Comissão de Obras discutiu o assunto hoje pela manhã, não esgotou porque o assunto não fica apenas na questão ambiental, fica em cima também de um consórcio já oficializado, um consórcio existente de uma das empresas interessadas na exploração desse aterro sanitário em Mandirituba, que inclusive já está adquirindo terras nesta região onde será implantado o futuro aterro sanitário, então, tudo isso nos chamou a atenção pela nossa ida ao local há 15 dias atrás, e para a reunião que nós tivemos hoje pela manhã e que terminou por volta de quase 13 horas desta tarde.

Nós vamos discutir ainda outros assuntos, vamos chamar seis municípios que fazem parte deste consórcio, para que os prefeitos, os presidentes de Câmaras venham também dizer na Comissão se concordam ou não com esse consórcio, se concordam ou não em instalar na sua cidade este aterro sanitário. Há que se achar uma solução.

Ninguém pode irresponsavelmente dizer que aceita aterro sanitário; todos nós temos que entender que produzimos lixo. Agora, é preciso saber se tecnicamente ele está adequado, se a área onde será implantado o aterro é

uma área que não tenha problema de mananciais, que não tenha problema de lençol freático e outras situações mais.

Então, essa preocupação, tanto de Meio Ambiente e Ecologia, como a Comissão de Obras tem e chamou para si essa discussão. Faremos ainda audiências públicas nesses municípios interessados para que a gente possa esmiuçar com toda tranquilidade esta questão.

E um outro assunto que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente vai tratar nos próximos dias, diz respeito ao novo ramal ferroviário já destinado para sair por Araucária, margeando Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré. Há também uma reação por parte dos ecologistas, e a preocupação deles é procedente, em função de que esse novo ramal ferroviário vai passar em cima da Bacia do Passaúna. E todos nós sabemos que um acidente ferroviário acontece a qualquer momento, e um acidente ferroviário com vagões transportando diesel, evidentemente pode trazer um grande prejuízo para a questão do meio ambiente e para o abastecimento de água de Curitiba e da região metropolitana, daí porque estamos chamando para se discutir nesta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente também a questão do novo ramal ferroviário.

Era a satisfação que eu queria dar, senhor presidente ao Plenário desta Casa, e informando que houve realmente esta reunião, hoje, que começou às 11h00 e terminou por volta de 13h15min.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Horários da Liderança, PMDB, deputado Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na pauta da Ordem do Dia de hoje, consta um projeto encaminhado a esta Casa, que será votado hoje em 2ª Discussão, de autoria do deputado Geraldo Cartário, e que na forma de um Substitutivo Geral da CCJ deu nova redação a um projeto do qual eu tenho um projeto de conteúdo equivalente, que dispõe sobre os critérios para liberação de cadáveres no IML.

Nós estamos encaminhando um requerimento a esta Casa no sentido de desapensar o Projeto de Lei nº 155/2001, de minha autoria, do Projeto de Lei nº 153/2001, por entender que o Substitutivo da CCJ, de autoria do relator Hermes Fonseca, não contemplou o contido no meu projeto, tendo em vista que mudou totalmente a redação dos mesmos.

É um projeto que merece uma atenção especial nessa Casa, até por que nós temos hoje na Gazeta do Povo: “A briga entre funerárias vira um caso de polícia em Curitiba”.

Senhoras e senhores, o sepultamento de uma cidadã, que morava em Curitiba que estava sendo encaminhado para Piraí do Sul, provavelmente na região aonde os seus parentes moravam, aonde a própria morava não muito tempo, foi de forma violenta interrompida na BR-277, próximo a Campo Largo. Aí começou mais uma vez um constrangimento terrível aos familiares e aos amigos que naquele momento se conduziam para sepultar aquela senhora e, que na verdade, através de uma briga entre as funerárias, a família mais uma vez está sendo constrangida, humilhada, por uma questão de disputa de mercado de funerárias.

É evidente que aqui de forma nenhuma quero tomar partido de qual era a funerária que dentro da competência legal tinha poderes para fazer isso, mas é a forma como está acontecendo no dia-a-dia, aonde o cidadão que hoje esteja morando, talvez em Piraí do Sul e se porventura fizer um plano de luto naquela cidade com a funerária e amanhã ou depois venha residir em Curitiba, terá com certeza, o seu direito impedido de usar o plano para poder ter um sepultamento digno, de acordo com a sua vontade.

O que está em jogo não é a questão, muitas vezes, do interesse, do direito do cidadão, mas é, acima de tudo, uma busca entre as funerárias, do monopólio do mercado.

Estivemos nesta tribuna recentemente, denunciado o aumento de 227% que o prefeito Cássio Taniguchi determinou ao custo dos serviços funerários de Curitiba. Caixões que são adquiridos por 70,80, 100 reais, são repassados de forma cortês, por uma tabela que privilegia e contempla o interesse da máfia das funerárias e que não pensa na questão econômica, no bolso do cidadão que hoje mal tem dinheiro para pagar um enterro simples.

É evidente que eu pergunto como poderia esta pessoa, que estava se dirigindo a Piraí do Sul, pagar do bolso o transporte...

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Strapasson, V. Exa. concede um aparte?

O SRL EDSON SATRAPASSON

Já lhe concederei.

Como poderia esta pessoa, que lá atrás fez um plano de luto, até para que num momento deste, prevendo as dificuldades, ela tivesse o atendimento já dentro desse plano. Eu quero questionar não essencialmente a questão da legalidade ou não desses planos. Eu acho que essa é uma questão que deve ser abordada de forma legal para ver como funciona isso. Na verdade, como poderia esta família pagar o transporte de um serviço funerário que o Cássio aumentou em 227% para levar um corpo daqui até Piraí do Sul?

Na verdade, nós tivemos aqui mais uma vez uma briga entre funerárias, refletindo no cidadão que não tem culpa e muitas vezes, tentando se prevenir, paga antecipadamente por um plano para não ter problemas na hora da

morte e sua família acaba sendo humilhada, constrangida de uma forma ruim como esta.

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário que teve o seu Projeto nº 153 na forma de um Substitutivo Geral, ao qual o meu foi anexado, mudando a redação.

O Sr. Geraldo Cartário.

Agradeço.

Quero informar que eu estava conversando com o deputado federal Janene, que nos honra com a sua presença, uma liderança do nosso Estado e não ouvi direito o que V. Exa. pronunciava a respeito do seu Projeto 155.

Quero enaltecer o seu pronunciamento com o episódio do cadáver que saiu de Curitiba e que foi abordado pela Polícia em Campo Largo e que houve uma confusão, teve que mudar de funerária e etc.

Ora, tudo isso se deve a que a Assembléia Legislativa, talvez por motivos outros que não o de adentrar diretamente na ferida desse problema, pois nós sabemos que o prefeito de Curitiba mantém um excelente serviço funerário. Sabemos que os vereadores de Curitiba vêm se preocupando. Tem CPI, tem comissão a esse respeito, mas cabe a nós deputados, que o IML não só de Curitiba mas de Londrina, Paranaguá e outras cidades, é do Estado! Ora, se é do Estado, a matéria de como deve funcionar esse estabelecimento, deve ser de competência e autoridade dos deputados estaduais. E é isso o que está faltando. Está faltando uma lei estadual que determine que o IML de Curitiba e do Paraná, é de atribuição do governo do Estado e não da Prefeitura de Curitiba.

Ora, se há um convênio que a Prefeitura de Curitiba vem mantendo todo o serviço do IML, isso não pode impedir que a Prefeitura de Londrina, da Fazenda Rio Grande, de Colombo ou qualquer prefeitura do Paraná ou qualquer cidade desse Estado sejam impedidos de ali buscar o seu familiar e levá-lo para onde bem entender, principalmente, usando o serviço funerário que melhor lhe convier, porque hoje, até o dono de uma funerária se tiver um parente que faleceu e foi para o Instituto Médico Legal, mesmo ele sendo dono da funerária, ele não pode fazer esse serviço.

Por isso peço aos companheiros e ao presidente da Assembléia, que encaminhe rapidamente para a sanção do governador para podermos moralizar de uma vez por todas, o serviço funerário da nossa capital.

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado pelo aparte, deputado Cartário.

Eu queria fazer uma abordagem, porque na verdade, esse projeto que vai ser votado tem redações que se complementam (o seu projeto aborda de uma forma e o meu, de outra), e a intenção, e aí vai a vontade nossa...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON

... é que esta Casa e o Governo do Estado se posicionem de uma forma a acabar com esse conflito. Temos um projeto que dispõe sobre a questão da liberação de corpos autopsiados pelo IML e fizemos uma colocação nesses termos. Pretendíamos que o substitutivo pudesse contemplar esses dois projetos, mas entendemos que ele, o relator Hermes Fonseca, não contemplou o nosso projeto. Vamos solicitar que seja desanexado para tramitar à parte, ou até que possamos, através de Emenda, colocá-lo.

O fundamental nessa questão é que haja uma legislação capaz de resolver esta briga, essa luta das funerárias e que, muitas vezes, o cidadão acaba pagando o preço.

Realmente, na tabela da prefeitura de Curitiba, dentro do município é um preço, e se a família tivesse que pagar o transporte até Piraí do Sul, com certeza não teria dinheiro. É urgente e necessário se fazer, através do Ministério Público, da Justiça e decidir a questão do embate entre os lutos funerários e o serviço funerário de Curitiba, porque não é o Cássio Taniguchi que presta um bom serviço, mas é o cidadão que está pagando muito caro o que tem, em cima de uma tabela oficial que privilegia e contempla meia dúzia de grupos que estão a explorar o cidadão curitibano.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos para usarem do Horário das demais Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária, nesta terça-feira, dia 09 do corrente mês, por parte das professoras Terezinha Rossi, diretora do Cebeja Paulo Freire e Sandra Mara Bordin Piccinelli, diretora do Colégio Estadual Anibal Khury Neto - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pesutti, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

A Mesa deixa de aceitar o referido projeto, porque é denominação de rodovia federal; teria que ser de iniciativa do governo federal.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que cria o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/99 de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao § 4º do artigo 55 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a Redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECE. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 176/2000.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 129/2000

A súmula, o artigo 1º e o artigo 2º, do Projeto de Lei nº 129/2000 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Altera a redação da Lei 11.182, de 23 de outubro de 1995, alterada pela lei 13.290, de 08.11.2001”.

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, alterada pela Lei nº 13.290, de 08 de novembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Para usufruir do benefício o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior através de identidade estudantil, expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus- UBES, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - UPES, União Nacional dos Estudantes- UNE, União Paranaense dos Estudantes - UPE ou União Municipal dos Estudantes- UMES.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei 11.182/95, alterada pela Lei 13.290/2001, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Sala das Sessões, em 08.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoio:

Carlos Simões, Ademar Traiano, Nelson Tureck e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 13.290, de 08 de novembro de 2001, alterou a Lei 11.182, de 23 de outubro de 1995, para incluir a UPE. Dessa forma, esta emenda pretende a conformidade do projeto de lei também com essa lei alteradora.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2000, de autoria dos deputados Neivo Beraldin e Hermas Brandão, que altera artigo da lei Complementar nº 76, de dezembro de 1995 (Obras Públicas). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em Votação.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o referido Projeto de Lei nº 367/2000, consta na Ordem do Dia e já foi levantada uma questão de ordem em Sessões anteriores, para que fosse encaminhado à Comissão de Obras Públicas e efetivamente não o foi. Eu reitero a V.Exa. para que ele seja retirado da Ordem do Dia e encaminhado à Comissão de Obras Públicas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retiramos mediante a solicitação de V. Exa e encaminhamos à Comissão de Obras.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, que regulamenta para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros da Lei de Responsabilidade Fiscal - (Lei Complementar 101 de 04.05.2000), obrigando o executivo estadual a manter sítio único na rede eletrônica (Internet), contendo a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e seu parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal, as versões simplificadas destes documentos e seus respectivos anexos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's, e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 155/2001.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do deputado Edson Strapasson, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 153/2001**

Acrescenta-se ao Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 153/2001, os artigos 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

Art. 2º - O Instituto Médico Legal - IML, do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, observará os seguintes critérios para liberação de cadáver, para sepultamento:

I - após autopsiar o cadáver, o Instituto procederá à liberação do mesmo à família enlutada para providenciar o sepultamento, garantindo-se a livre escolha do serviço funerário, conforme melhor lhes convir;

II - o Instituto Médico Legal manterá à disposição da comunidade uma listagem completa de funerárias, devidamente credenciadas para realização de serviços funerários, para facilitar a livre escolha, quando da contratação dos referidos serviços;

III - a listagem de que trata o inciso anterior servirá apenas como referência para orientação à comunidade, tendo o usuário o direito de contratar qualquer serviço, de acordo com sua opção, ficando vedada qualquer imposição para firmação de contrato.

Art. 3º - As normas municipais estabelecidas a respeito do assunto de que trata a lei, deverão ser informadas ao Instituto Médico Legal do Estado do Paraná, que poderá contribuir com os municípios, desde que nenhuma norma disponha contrariamente a esta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Eli Ghellere, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na verdade o que nós estamos solicitando é que existe um requerimento pedindo que o projeto de minha autoria o 155, seja anexado ao do Cartário, o 153, tendo em vista que o substitutivo geral, pro-

posto pelo relator da CCJ, não contempla o contido no Projeto 155, de minha autoria. Nós fizemos duas opções: uma, o requerimento desanexando, e outra seria uma alternativa de entendimento de fazer uma Emenda aditiva ao projeto, que é esta que eu apresentei, e aí eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então vamos acatar esta Emenda que V. Exa. apresentou, que está devidamente apoiada.

O Projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que cria o programa da expansão de bancos para coleta de sangue humano no Estado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que autoriza a reversão de doação e posterior doação de imóvel à Associação ABBA-PAI, com sede no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as universidades públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CECE. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre franqueamento, em dias de eleição, em todos os pedágios localizados no âmbito do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná o prato típico

oficial do município de Farol/Paraná, denominado “Pernil à Pururuca”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 694, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Apenas para enfatizar, eu tenho requerimento no mesmo sentido, mas comunico à Casa, infelizmente ontem pela manhã, o falecimento do vereador medianeirense, do PMDB, Anísio Grassi, que há pouco esteve nos visitando na Assembléia, motivado por leucemia, e a cidade encontra-se enlutada pela perda do valoroso vereador.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Também quero deixar registrado nossos pêsames pelo falecimento do nosso amigo, vereador e presidente da Câmara de Medianeira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 703, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Estou encaminhando este requerimento, hoje, ao governador do Estado e espero que a Bancada do Governo aprove, no sentido de que amanhã, dia 9, expira o prazo para os governantes encaminharem para as Assembléias, para as Câmaras Municipais, qualquer questão de abono salarial, de revisão salarial ou de aumento salarial!

Portanto, temos um prazo até amanhã, ainda, para a expectativa da classe da Polícia Militar, da Polícia Civil, de que os planos de cargos e salários da Corporação da Polícia Militar e da Instituição da Polícia Militar ainda cheguem a esta Casa, porque de há muito tempo vem sendo prometido isto e tem sido fruto de constantes reuniões, de uma comissão que trata desta questão junto aos policiais civis e militares e também da parte do governo do Estado, através do secretário de Segurança e secretário da Administração.

Por isto, faço este apelo para que, além da aprovação do requerimento, que também haja um empenho da Liderança do Governo de levar ao governador esta reivindicação, até porque está previsto um movimento, ainda hoje, ou amanhã, das senhoras de policiais militares, na tentativa de sensibilizar o governo do Estado a enviar à Assembléia o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar, idêntico ao da Polícia Civil, também, é o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 695, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 696, de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 697 e 698, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 699, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 702, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 704 e 705, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 707 e 708, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 715 e 716, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 717, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 718, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 720, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 721, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 722, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 723, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 724, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 725, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de um esclarecimento da Mesa.

Quarta-feira estive ausente do plenário da Assembléia, mas mesmo assim dei entrada num requerimento, junto com outros deputados, solicitando a interveniência da Procuradoria de Investigações Criminais na investiga-

ção na morte do deputado Tiago Amorim. Outros deputados assinaram este requerimento.

Na quinta, pelo que me consta, não houve quórum, então, gostaria de saber se este requerimento foi votado ou se vai ser votado ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai ser votado; eu vou explicar-lhe posteriormente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 078, 287, 470/99, 004, 429/2000, 113, 157, 351, 621, 678/2001, 080 e 101/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 397 e 527/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 371/99, de Lei Complementar nº 510/2001 e dos de Lei nºs 524, 709/2001, 115, 118 e 127/2002.

Levanta-se a Sessão.

Balancete:

OFÍCIO Nº 14/2002

Curitiba, 19 de março de 2001.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2002, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
10000000	Orçamento	0,00	264.982.740,00	264.982.740,00	0,00
11000000	Orçamento da Receita	0,00CR	0,00	132.491.370,00	132.491.370,00CR
11100000	Receita Orçada Inicial	0,00CR	0,00	132.491.370,00	132.491.370,00CR
11300000	Receita Orçada Adicional	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11330000	Superávit Financeiro	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11331000	Recursos do Tesouro	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11500000	Remanejamento da Receita Orçada	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11510000	Acréscimos da Receita Orçada	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11511000	Recursos do Tesouro	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
11520000	Reduções da Receita Orçada	0,00	0,00	0,00	0,00
11521000	Recursos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
12000000	Orçamento da Despesa	0,00	132.491.370,00	0,00	132.491.370,00
12100000	Despesa Fixada Inicial	0,00	132.491.370,00	0,00	132.491.370,00

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
12300000	Despesa Fixada Adicional	0,00	0,00	0,00	0,00
12310000	Créditos Suplementares Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
12500000	Remanejamento da Despesa Fixada	0,00	0,00	0,00	0,00
12510000	Acréscimos da Despesa Fixada	0,00	0,00	0,00	0,00
12511000	Acréscimos de Créditos Orç. E	0,00	0,00	0,00	0,00
12520000	Reduções da Despesa Fixada	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
12521000	Reduções de Créditos Orç. E Su.	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
13000000	Previsão Orçamentária da Receita	0,00	132.491.370,00	0,00	132.491.370,00
13001000	Receitas Correntes	0,00	103.714.260,00	0,00	103.714.260,00
13001700	Transferências Correntes	0,00	103.714.260,00	0,00	103.714.260,00
13002000	Receitas de Capital	0,00	28.777.110,00	0,00	28.777.110,00
13002400	Transferência de Capital	0,00	28.777.110,00	0,00	28.777.110,00
14000000	Fixação Orçamentária da Despesa	0,00CR	0,00	132.491.370,00	132.491.370,00CR
14100000	Créditos Orç. E Supl. Fixados	0,00CR	0,00	132.491.370,00	132.491.370,00CR
14103000	Despesas Correntes	0,00CR	0,00	103.714.260,00	103.714.260,00CR
14103100	Pessoal e Encargos Sociais	0,00CR	0,00	78.805.900,00	78.805.900,00CR
14103300	Outras Despesas Correntes	0,00CR	0,00	24.908.360,00	24.908.360,00CR
14104000	Despesas de Capital	0,00CR	0,00	28.777.110,00	28.777.110,00CR
14104400	Investimentos	0,00CR	0,00	28.777.110,00	28.777.110,00CR
14104500	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
20000000	Programação Financeira	0,00	134.420.917,51	134.420.917,51	0,00
21000000	Programação Financeira da Despesa	0,00	134.420.917,51	134.420.917,51	0,00
21100000	Inscrição da Despesa	0,00CR	0,00	134.420.917,51	134.420.917,51
21110000	Inscrição do Orçamento	0,00CR	0,00	132.491.370,00	132.491.370,00
21120000	Inscrição de Restos a Pagar	0,00CR	0,00	1.929.547,51	1.929.547,51
21200000	Despesa Autorizada	0,00	134.420.917,51	0,00	134.420.917,51
21300000	Créditos Indisponíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
21320000	Diferimento	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	Ativo Financeiro	15.123.994,90	42.491.671,42	47.622.843,11	9.992.823,21
31000000	Disponível	14.283.497,73	42.491.671,42	46.782.345,94	9.992.823,21
31200000	Bancos	14.283.497,73	42.491.671,42	46.782.345,94	9.992.823,21
31210000	Com Recursos do Tesouro	149.078,06	30.625.749,81	30.441.345,94	333.481,93

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
31210100* ^a	Banco do Estado do Paraná S/A	149.078,06	30.625.749,81	30.441.345,94	333.481,93
31250000	Com Recursos de Outras Fontes	14.134.419,67	11.865.921,61	16.341.000,00	9.659.341,28
31250100 *	Banco do Estado do Paraná S/A	14.134.419,67	11.865.921,61	16.341.000,00	9.659.341,28
33000000	Realizável	840.497,17	0,00	840.497,17	0,00
33100000	Créditos a Receber	840.497,17	0,00	840.497,17	0,00
33190000	Créditos Diversos	840.497,17	0,00	840.497,17	0,00
33199900 *	Outros Créditos	840.497,17	0,00	840.497,17	0,00
39000000	Interligação de Sistemas Conta	0,00	0,00	0,00	0,00
39200000	Inscrições no Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	Passivo Financeiro	15.239.237,14CR	40.472.928,65	38.139.572,90	12.905.881,39CR
41000000	Contas a Pagar	1.929.547,51CR	29.346.277,69	31.427.774,86	4.011.044,68CR
41100000	Contas a Processar	1.596.579,62CR	15.185.706,28	16.242.068,58	2.652.941,92CR
41101000	Conta a Processar do Exercício	0,00CR	14.788.011,16	16.242.068,58	1.454.057,42CR
41102000	Contas a Processar do Primeiro Exerc.	841.062,39CR	397.695,12	0,00	443.367,27CR
41103000	Contas a Processar do Segundo Exerc.	755.517,23CR	0,00	0,00	755.517,23CR
41104000	Contas a Processar do Terceiro Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
41105000	Contas a Processar do Quarto Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
41106000	Contas a Processar do Quinto Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
41200000	Contas Processadas	332.967,89CR	14.160.571,41	15.185.706,28	1.358.102,76CR
41201000	Contas Processadas do Exerc. Corrente	0,00CR	13.642.537,92	14.788.011,16	1.145.473,24CR
41202000	Contas Processadas do Primeiro Exerc.	230.457,50CR	518.033,49	397.695,12	110.119,13CR
41203000	Contas Processadas do Segundo Exerc.	102.510,39CR	0,00	0,00	102.510,39CR
41204000	Contas Processadas no Terceiro Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
41205000	Contas Processadas no Quarto Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
41206000	Contas Processadas no Quinto Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00
43000000	Débitos de Tesouraria	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
43200000	Contas Pendentes	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
44000000	Depósitos de Diversas Origens	13.309.534,17CR	11.126.650,96	6.711.798,04	8.894.681,25CR
44100000	Depósitos de Terceiros	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
44190000	Outros Depósitos	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
44200000	Depósitos Extraordinários	11.909617,18CR	11.126.650,96	6.711.798,04	7.494.764,26CR
44201000	Receita Patr. Extraordin. Apl. Res. 161	11.909617,18CR	11.126.650,96	6.711.798,04	7.494.764,26CR
44201001	C/ Arrecadação Global-Rec. Patrim.	11.669.617,18CR	6.295.876,43	415.921,61	5.789.662,36CR
44201002	C/ Pagamento Global	240.000,00CR	4.830.774,53	6.295.876,43	1.705.101,90CR
49000000	Interligação de Sistemas Conta	0,00	0,00	0,00	0,00
49200000	Baixa do Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
50000000	Ativo Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
51000000	Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
51000400	Aparelhos Eletrod./Industr. Maq.	0,00	0,00	0,00	0,00
51000800	Apar. Maq. Mat. Equip. Med. Hosp.	0,00	0,00	0,00	0,00
51000900	Aparelhos Maq. Mat. Equip. de Esc.	0,00	0,00	0,00	0,00
51001000	Apar. Maq. Mat. Equip. de Process.	0,00	0,00	0,00	0,00
51001500	Mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00
51002100	Máquinas de Oficina	0,00	0,00	0,00	0,00
51002200	Automóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
51002300	Ambulâncias	0,00	0,00	0,00	0,00
51002400	Aparelhos Técnicos e Científicos	0,00	0,00	0,00	0,00
510025000	Aparelhos Telefônicos	0,00	0,00	0,00	0,00
51002600	Aparelhos de Oficina	0,00	0,00	0,00	0,00
51002700	Diversos Aparelhos	0,00	0,00	0,00	0,00
51002800	Móveis de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
51002900	Móveis de Aço	0,00	0,00	0,00	0,00
51003000	Utensílios Técnicos e Científicos	0,00	0,00	0,00	0,00
51003100	Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
51003200	Utensílios Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
51003300	Materiais Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
51003400	Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
52000000	Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
52009600	Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
54000000	Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
54900000 *	Créditos Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
59000000	Interligações de Sistema Cont.	0,00	0,00	0,00	0,00

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
60000000	Passivo Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
69000000	Interligação de Sistemas Contas	0,00	0,00	0,00	0,00
70000000	Variações Patrimoniais	6.239.559,83CR	17.082.565,75	14.284.749,81	3.441.743,89CR
71000000	Variações Ativas	0,00CR	0,00	14.250.000,00	14.250.000,00CR
71100000	Receita Orçamentária	0,00CR	0,00	14.250.000,00	14.250.000,00CR
71101000	Receitas Correntes	0,00CR	0,00	14.250.000,00	14.250.000,00CR
71101700	Transferências Correntes	0,00CR	0,00	14.250.000,00	14.250.000,00
71101900	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
71102000	Receitas de Capital	0,00CR	0,00	150.000,00	150.000,00CR
71102400	Transferências de Capital	0,00CR	0,00	150.000,00	150.000,00CR
71200000	Mutações Result. da Exec. Orçam.	0,00	0,00	0,00	0,00
71210000	Aquisição de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
71220000	Construção e Aquisição de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
71300000	Variações Independ. da Exec. Orçam.	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
71320000	Inscrição de Outros Créditos	0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
71320100		0,00CR	0,00	0,00	0,00CR
71330000	Incorporação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
71330100	Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
71340000	Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00	0,00	0,00
71340100	Dívida Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00
72000000	Variações Passivas	0,00	16.242.068,58	34.749,81	16.207.318,77
72100000	Despesas Orçamentárias	0,00	16.242.068,58	34.749,81	16.207.318,77
72110000	Despesa p/ Crédito Orçament. e Supl.	0,00	16.242.068,58	34.749,81	16.207.318,77
72113000	Despesas Correntes	0,00	16.010.262,85	34.749,81	15.975.513,04
72113100	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	11.943.743,60	34.749,81	11.908.993,79
72113300	Outras Despesas Correntes	0,00	4.066.519,25	0,00	4.066.519,25
72114000	Despesas de Capital	0,00	231.805,73	0,00	231.805,73
72117440	Investimentos	0,00	231.805,73	0,00	231.805,73
72300000	Variações Independ. da Exec. Orçam.	0,00	0,00	0,00	0,00
72370000	Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
72390100		0,00	0,00	0,00	0,00
73000000	Saldo Patrimonial	6.239.559,83CR	840.497,17	0,00	5.399.062,66CR

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
73100000	Saldo do Exercício Anterior	16.028.648,45CR	840.497,17	0,00	15.188.151,28CR
73200000	Saldo do Exercício	9.789.088,62	0,00	0,00	9.789.088,62
80000000	Compensado	0,00	1.035.751,86	1.035.751,86	0,00
81000000	Ativo Compensado	8.045.051,69	916.411,86	119.340,00	8.842.123,55
81100000	Valores em Poder de Terceiros	8.045.051,69	916.411,86	119.340,00	8.842.123,55
81110000 *	Funcionários Respons. por Adia.	524.701,69	201.411,86	119.340,00	606.773,55
81150000 *	Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
81160000 *	Gabinetes Parlamentares	7.520.350,00	715.000,00	0,00	8.235.350,00
82000000	Passivo Compensado	8.045.051,69CR	119.340,00	916.411,86	8.842.123,55CR
82100000	Contrapartida de Valores em Poder	8.045.051,69CR	119.340,00	916.411,86	8.842.123,55CR
82110000	Adiantamentos a Comprovar	524.701,69CR	119.340,00	201.411,86	606.773,55CR
82150000	Contrapartida de Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
82160000	Contrapartida de Gabinetes Parlam.	7.520.350,00CR	0,00	715.000,00	8.235.350,00CR
90000000	Contas Operacionais do Exercício	0,00	32.366.937,31	32.366.937,31	0,00
91000000	Execução da Despesa Orçamentária	0,00	29.919.356,31	29.919.356,31	0,00
91100000	Despesa Empenhada por Funções	0,00	16.242.068,58	34.749,81	16.207.318,77
91100100	Legislativa	0,00	16.242.068,58	34.749,81	16.207.318,77
91200000	Despesa Paga	0,00CR	34.749,81	13.642.537,92	13.607.788,11CR
91203000	Despesas Correntes	0,00CR	34.749,81	13.483.166,19	13.448.416,38CR
91203100	Pessoal e Encargos Sociais	0,00CR	34.749,81	11.275.136,97	11.240.387,16CR
91203300	Outras Despesas	0,00CR	0,00	2.208.029,22	2.208.029,22
91204000	Despesas de Capital	0,00CR	0,00	159.371,73	159.371,73CR
91204400	Investimentos	0,00CR	0,00	159.371,73	159.371,73CR
91300000 *	Credores por Despesa a Pagar	0,00CR	13.642.537,92	16.242.068,58	2.599.530,66CR
92000000	Execução da Despesa Extra-Orçam.	0,00	2.447.581,00	2.447.581,00	0,00
92100000	Inscrição de Restos a Pagar	0,00	1.929.547,51	0,00	1.929.547,51
92103000	Despesas Correntes	0,00	1.802.948,39	0,00	1.802.948,39
92103100	Despesas de Custeio	0,00	125.837,20	0,00	125.837,20
92103200	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
92103300	Outras Despesas Correntes	0,00	1.677.111,19	0,00	1.677.111,19
92104000	Despesas de Capital	0,00	126.599,12	0,00	126.599,12
92104100	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
 Órgão: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná
 Unidade: 001 Assembléia Legislativa do Est. do Paraná

Mês: Fevereiro

Exercício 2002
 Ref.: GAR215A

Data: 28/02/2002

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO ATÉ O MÊS		SALDO ATUAL
			DÉBITO	CRÉDITO	
92104400	Investimentos	0,00	126.599,12	0,00	126.599,12
92300000	Pagamentos de Restos a Pagar	0,00CR	0,00	518.033,49	518.033,49CR
92303000	Despesas Correntes	0,00CR	0,00	460.105,09	460.105,09CR
92303100	Despesas de Custeio	0,00CR	0,00	18.800,20	18.800,20
92303300	Outras Despesas Correntes	0,00CR	0,00	441.304,89	441.304,89
92304000	Despesas de Capital	0,00CR	0,00	57.928,40	57.928,40
92304100	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
92304400	Investimentos	0,00CR	0,00	57.928,40	57.928,40
92500000	Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
92503000	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
92503100	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
92503200	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
92503300	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
92504000	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
92504100	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
92504400	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
92700000 *	Credor. p/ Desp. a Pag. de Exerc.	0,00CR	518.033,49	1.929.547,51	1.411.514,02CR
99990000	Suspenso	0,00	0,00	0,00	0,00
99999999 *	Titulação a Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		4.954.729,62CR	532.853.512,50	532.853.512,50	4.954.729,62CR

a. * Detalhamento no Relatório GAR215B